

GESTÃO ■ Corregedor conclui diagnóstico sobre o órgão acusado de facilitar desvio de verbas

DF - Codeplan

2007-02-23

ARQUIVO JB

Vida ou morte da Codeplan está nas mãos do governador

Éderson Marques

O governador José Roberto Arruda receberá hoje um diagnóstico completo sobre a situação judicial da Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central (Codeplan). A partir daí, duas opções serão estudadas e Arruda decidirá se extingue a empresa pública ou faz uma reestruturação, levando em conta os conselhos do Ministério Público do Trabalho (MPT).

A Codeplan foi acusada pelo MPT como a empresa que possibilitou o desvio de R\$ 26 milhões do Instituto Candango de Solidariedade (ICS), o que resultou na prisão dos dirigentes da entidade em 2006. Na gestão anterior, o órgão de informática do GDF fechou contratos de gestão amplos, o que na avaliação da Procuradoria Regional do Trabalho (PRT) facilitava a contratação de funcionários sem o concurso público.

Durante o carnaval, o cor-

regedor-geral do DF, Roberto Giffoni, estudou os documentos repassados pelo MPT. Os convênios, as terceirizações dos serviços de informática e as ações que tramitam na Justiça foram analisados em conjunto com a Procuradoria-Geral e a Consultoria Jurídica do DF.

— Vamos apresentar as duas opções ao governador. Qualquer que seja a escolha, a execução será dentro da lei — afirmou Giffoni. — Todo o embate judicial envolvendo a Codeplan está explícito no documento.

Na semana passada, o governador esteve reunido com o procurador-geral da PRT, Maurício Corrêa de Melo, e o promotor do Trabalho, Valdir Pereira da Silva. Entre os temas debatidos, a Codeplan aparece como um dos principais. Ontem, Maurício Corrêa informou que os promotores orientaram pela não-extinção da empresa. Mas ressaltou que a decisão é



Giffoni: "Vamos apresentar as duas opções"



Corrêa: "Não podemos interferir na decisão"

Ministério Público do Trabalho é favorável a não extinção da Codeplan, mas é contra terceirização

política e que escapa da alçada do Ministério Público.

— É uma questão técnico-administrativa. Não podemos interferir nessa decisão. Só defendemos o fim dos contratos de gestão com objeto amplo e o fim da terceirização — disse Maurício Corrêa.

Apesar de o ICS ter convênios com Administrações

Regionais e Secretarias, a Codeplan foi a principal contratante do instituto nos últimos anos. Em 2006, eram 9.600 funcionários prestando serviços ao GDF. No início da gestão, Arruda desqualificou o ICS como organização social e demitiu seus trabalhadores.

O MPT defende novas contratações por meio da realização de concurso público. Hoje, o quadro de servidores efetivos da Codeplan conta com 574 pessoas. No estudo que receberá hoje, Arruda encontrará os caminhos para regular as contratações de serviços terceirizados. Por

enquanto, devido falta de dinheiro em caixa, o concurso está descartado.

— A terceirização de mão-de-obra é um dos principais pontos a ser modificado caso o governador decida pela manutenção da Codeplan — informou Giffoni. — Tudo será feito no sentido de não trazer prejuízos para a população.

Não há prazo para que Arruda decida se mantém ou extingue a Codeplan. Enquanto isso, a Agência de Tecnologia da Informação (Agemi) trabalhará para manter os serviços essenciais relacionados à informática para o governo e para a comunidade.